



### Ata nº 11/2018/Ordinária/ConsEPE

Aos 04 dias do mês de dezembro do ano de 2018, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, 1º andar, Bloco A, Torre I da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a XI sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) da UFABC de 2018, previamente convocada, presidida pelo vice-reitor, Wagner Alves Carvalho, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Adriano Gomes de Freitas, representante discente de pós-graduação; Andréia Silva, representante dos técnicos administrativos; Cássia Gonçalves de Souza, representante dos técnicos administrativos; Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de pós-graduação; Denise Consonni, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Elizabeth Teodorov, representante suplente docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Gabriel Santos Carneiro, representante suplente discente de graduação; Gilberto Marcos Antonio Rodrigues, representante docente do CECS; Giselle Watanabe, representante suplente docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Janaína de Souza Garcia, representante dos coordenadores de pós-graduação; João Henrique Muniz de Souza, representante discente de graduação; Leonardo José Steil, pró-reitor de extensão e cultura; Luiz Antonio Celiberto Junior, representante suplente dos coordenadores de curso de graduação; Marcelo Bussoti Reyes, diretor do CMCC; Marcos Vinicius Pó, coordenador do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H); Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho, vice-diretora do CECS; Patrícia Dantoni, representante docente do CCNH; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Pedro Galli Mercadante, coordenador do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T); Rodrigo Fresneda, representante docente do CMCC; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Silas Araújo Leite de Oliveira, representante dos técnicos administrativos; e Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de pesquisa. **Ausências justificadas**: Anderson Ricardo Carlos, representante discente de pós-graduação; e Pieter Willem Westera, representante docente do CCNH. **Ausentes**: Amanda Oliveira Bispo, representante discente de graduação; Jair Donadelli Júnior, representante docente do CMCC; Lucas Boin Boutin, representante discente de graduação; Maria Luiza Levi Pahim, representante suplente docente do CECS. **Não votantes**: Daniel Pansarelli, secretário-geral; e Marcelo Oliveira da Costa Pires, vice-coordenador do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T). **Apoio administrativo**: Fabiane Alves de Oliveira, chefe da Divisão de Conselhos, Natália Paranhos Caoduro e Wellington Teixeira Gonçalves, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo o quórum legal o presidente em exercício, professor Wagner Alves Carvalho, inicia a reunião às 14h15 com os **Informes da Reitoria**: 1) professor Wagner informa que professor Dácio Roberto Matheus encontra-se em período de férias. No ensejo, convida professora Denise Consonni para compor a Mesa. ; 2) apresenta e dá as boas-vindas ao coordenador e vice-coordenador do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) Pedro Galli Mercadante e Marcelo Oliveira da Costa Pires, respectivamente. **Informes dos Conselheiros**: 1) professor Charles Morphy Dias informa sobre o I Colóquio da Pós-Graduação que acontecerá no dia 06 de dezembro. Detalha que serão debatidos temas acerca da internacionalização, carreira na pós-graduação, integridade em pesquisa e mercantilização da ciência. Acrescenta que a programação completa pode ser acessada na página da Pró-reitoria de Pós-Graduação (ProPG). Convida a todos para o evento; 2)



professor Ronei Miotto relembra seu informe acerca das seletivas do International Physicists' Tournament (IPT), que ocorreram na semana passada, com a participação da Universidade de São Paulo (USP), tendo a equipe da UFABC classificando-se em primeiro lugar. Desse modo, a equipe da UFABC representará o Brasil no IPT, em abril de 2019, em Lausanne, Suíça. Por fim, registra que no próximo ano a seletiva nacional do IPT ocorrerá novamente na UFABC; 3) professor Leonardo Steil comunica que ocorreu, na semana anterior, a I Semana de Arte, Cultura e Tecnologia da UFABC (SACT) em parceria com a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria de Cultura, e com o Serviço Social do Comércio (SESC). Também informa que, na segunda quinzena de fevereiro, está prevista a realização de uma exposição, em parceria com o Shopping Grand Plaza, com o tema "Astronomia", que deve ocorrer no próprio espaço do *shopping*. O intuito do projeto é aproximar a Universidade da comunidade externa, uma forma diferenciada de Divulgação Científica. Comunica que a ProEC realizará, no próximo ano, um Concurso Cultural no qual participarão alunos do Ensino Médio e Fundamental II, com o tema "Linguagens Indígenas". O projeto deve ocorrer durante todo o ano de 2019, e, como premiação, serão concedidas bolsas de iniciação científica júnior aos primeiros colocados; 4) professora Sônia Malmonge informa sobre dois Editais da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que foram submetidos pela UFABC ao Ministério da Educação (MEC), dos quais houve a aprovação do Edital nº 03/2018, referente a biotérios e à manutenção preventiva de equipamentos de médio e grande porte. O segundo edital submetido, o nº 04/2018, para o qual era possível contemplar 5 linhas temáticas, sendo que a proposta da UFABC abrangeu todas, obtendo a aprovação da linha de biotecnologia aplicada à saúde. Há ainda as linhas de Engenharia e Nanomedicina, para as quais ainda se aguarda o resultado do recurso interposto. Comunica também acerca de um Edital Finep que se encontra em aberto, para manutenção corretiva de equipamentos de médio e grande porte. Acrescenta que a divulgação está em processo de elaboração e que vem sendo realizado um levantamento, junto a ProGrad, de equipamentos que podem ser submetidos. As propostas podem ser enviadas mensalmente, no primeiro dia útil de cada mês; 5) professora Paula Tiba informa que, em 2017, foi aprovada a Resolução da Comissão de Graduação (CG) nº19, que estabelece diretrizes para encaminhamento e estabelecimento de estratégias de aperfeiçoamento do ensino, currículo e infraestrutura dos cursos de graduação da UFABC e estipula, em seus Art. 3º e 4º, que as coordenações de curso, em conjunto com seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), deverão elaborar anualmente um relatório diagnóstico e um plano estratégico para aperfeiçoamento do currículo, atuação pedagógica docente e da infraestrutura do curso, a ser encaminhado às direções de Centro ou diretamente à ProGrad, no caso dos Bacharelados Interdisciplinares (BIs); e que as direções de Centro deverão elaborar anualmente um relatório diagnóstico referente à atuação dos docentes, adicionando propostas de aperfeiçoamento de conduta docente, e encaminhar o documento à ProGrad. Explica que ao longo deste ano as ações da ProGrad buscaram dar encaminhamento às respostas fornecidas pelos alunos às avaliações. Os formulários de avaliação foram disponibilizados ao final dos quadrimestres e têm 3 temas principais: atuação docente, tanto pedagógica quanto funcional; infraestrutura, bibliografia e projeto pedagógico do curso. Esclarece que a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso. Os relatórios recebidos foram discutidos em sessão extraordinária da Comissão de Graduação (CG)



em agosto. Detalha aspectos da metodologia aplicada e acrescenta que a partir desses dados foram gerados relatórios diagnósticos e planos estratégicos para aperfeiçoamento dos currículos, da atuação docente e da infraestrutura dos cursos de graduação da UFABC, que estão dispostos na página da ProGrad, em “Avaliações de Disciplinas”. Por fim, explica que os encaminhamentos dados a essas questões foram a publicação desses relatórios, sem a divulgação dos nomes dos alunos, na página da ProGrad, o que já vem ocorrendo desde agosto deste ano. Em conjunto com a Biblioteca foi feito um levantamento referente à bibliografia a fim de identificar divergência entre o que se tem disponível e o que está elencado nos PCC. Com relação à infraestrutura, foi instituído, pela CG, um Grupo de Trabalho (GT) que encaminhou relatório, com levantamentos realizados por meio de formulários respondidos por docentes, à Prefeitura Universitária e ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) para análise e destinação de encaminhamentos necessários. Aponta que foram identificadas como dificuldades desse processo: (i) a escolha de diretrizes para elaboração do relatório; (ii) alterações ocorridas no formato e na forma de envio do questionário em 2017, que dificultou a comparação entre quadrimestres; (iii) inexistência de dados sobre desempenho dos discentes, para garantir o anonimato dos respondentes; e (iv) falta de avaliação dos estágios das licenciaturas. Portanto, para os passos seguintes, foi instituído um GT para desenvolvimento de proposta de definição das diretrizes para elaboração do relatório e da padronização do questionário. Ainda, está sendo pensado como incentivar aumento de resposta dos docentes aos questionários. Finda a apresentação, conselheiros parabenizam a professora pelo trabalho e são realizados os seguintes comentários e questionamentos: (i) melhoria da identificação da localização dos relatórios na página da Prograd; (ii) quais medidas estão sendo tomadas para a “reciclagem didática dos docentes”; (iii) necessidade de se reforçar estratégias para os docentes estes sigam os planos de aula, conforme pré-estabelecidos, e avaliação considerem as respectivas avaliações recebidas. Professor Wagner ressalta que o assunto está sendo apresentado como informe e indica que, havendo muitos questionamentos, será aberta a palavra ao final da pauta para que se possam realizar os esclarecimentos. Professora Paula explica que os relatórios são disponíveis em “avaliação de disciplinas”, na aba lateral esquerda. Com relação às medidas para “reciclagem didática pedagógica” informa que existe uma Resolução, aprovada pelo ConsUni, que dispõe sobre progressão e promoção funcional dos docentes que estabeleceu um “Índice Y”, que varia entre 0 e 1, considerando a avaliação do aluno ao docente. Entretanto, justamente por não estar bem definido o método de como quantificar as avaliações para gerar esse índice, ele ainda não é utilizado. Além disso, foi realizada uma reunião junto à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), na qual se apontou a proposta de padronização para essa quantificação como um “primeiro passo”, e, ainda, haverá uma reunião para debate com docentes que já têm projetos e iniciativas relacionadas a esse tema, buscando uma solução. Quanto às medidas para que os docentes sigam os planos de aula, já existe uma discussão a esse respeito junto aos diretores de Centro desde quando solicitada pela Auditoria. Menciona haver uma Resolução que atualmente dispõe acerca desse assunto. Afirma estar sendo estudada a possibilidade e viabilidade do desenvolvimento de um programa para a disponibilização dos planos de aula ou implementação mais rápida do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Ressalta que, com a disponibilização dos relatórios, cabe a toda comunidade acadêmica cobrar a solução dos problemas apontados. Em discussão, aponta-se que existe muita diferença entre as quantidades de avaliações preenchidas pelos alunos para cada curso, assim como a forma que as respostas são exibidas, gerando dificuldade na compreensão dos formulários, solicita que se pense em um



132 aprimoramento desses quesitos. Professora Paula solicita aos discentes que contribuam  
133 reforçando a informação de que as avaliações são analisadas, relacionadas e podem gerar  
134 resultados, estimulando que os discentes a respondam. Esclarece que no SIGAA a separação das  
135 informações por docentes e por cursos ocorrerá de forma automática, mas até o momento essa  
136 tem sido uma tarefa manual. Retoma-se a lista de inscritos para os informes com 6) professor  
137 Gilberto Rodrigues, que noticia que dia 10 de dezembro completam-se 70 anos da Declaração  
138 Universal dos Direitos Humanos, momento de comemoração no âmbito das Nações Unidas, mas  
139 também para reflexão sobre os diversos ataques sistemáticos que os Direitos Humanos vêm  
140 sofrendo por todo o mundo, que colocam em xeque direitos já conquistados e consolidados. Em  
141 razão disso, o Comitê Gestor do Pacto Universitário de Direitos Humanos da UFABC tomou a  
142 iniciativa de organizar a I Semana de Direitos Humanos da UFABC, que ocorrerá de 10 a 13 de  
143 dezembro. Ressalta que o evento foi concebido de forma coletiva pelo Comitê Gestor e  
144 considerou as diversas atividades que vem sendo desenvolvidas nos cursos e diversas áreas da  
145 UFABC com o tema “Direitos Humanos”. O evento também contará com a presença de docentes  
146 da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Centro Universitário Belas Artes de São  
147 Paulo, buscando debater a atuação de seus Comitês Gestores. Convida a todos e agradece a quem  
148 pôde colaborar de alguma forma com o evento; 7) professor Daniel Pansarelli informa que foi  
149 publicada no Boletim de Serviços da UFABC a portaria que nomeia a Comissão Eleitoral dos  
150 Conselhos Superiores, assim como o calendário eleitoral do processo. Comunica que o período  
151 para inscrições será de 03 a 09 de dezembro, com prorrogação prevista para as categorias cujo  
152 número de inscrições não atingir o número de vagas. As informações detalhadas, bem como  
153 acesso ao formulário de inscrições estão disponíveis na página dos Conselhos Superiores.  
154 **Ordem do Dia:** Ata da IX sessão ordinária de 2018, realizada no dia 16 de outubro de 2018.  
155 Professor Daniel Pansarelli informa que foram recebidos da ProGrad, via e-mail, solicitações de  
156 alterações do documento, as quais já foram acatadas. Sem mais comentários, o documento foi  
157 encaminhado para votação e aprovado com 6 abstenções. **Homologação do Ato Decisório nº 172,**  
158 **que aprovou *ad referendum* o Edital de Ingresso nos Bacharelados Interdisciplinares, referente**  
159 **ao ano de 2019, alterado pela Portaria MEC nº 1.117/2018.** Professora Paula Tiba, apresenta o  
160 Ato Decisório a ser homologado e recorda que a aprovação do Edital de Ingresso por este  
161 Conselho havia ficado condicionada à deliberação do ConsUni acerca da reserva de vagas para  
162 pessoas transgêneras. Destaca que as decisões daquele Conselho foram devidamente incluídas no  
163 Edital ao final das deliberações. Porém, posteriormente, foi publicada pelo Ministério da  
164 Educação (MEC) a Portaria nº 1.117, de 1º de novembro de 2018, que alterou diretrizes com  
165 relação à reserva de vagas para pessoas com deficiência. Esclarece que, em 2016, a determinação  
166 era que as universidades considerassem a percentagem publicada pelo Censo do Instituto  
167 Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contudo, a atual Portaria institui que seja observada  
168 a classificação realizada pelo IBGE e considere-se somente a percentagem de pessoas com  
169 deficiência a partir de um determinado número de impeditivos, apontados pelo próprio Instituto.  
170 Assim, a porcentagem de reserva dessas vagas caiu de 22% para 7% e, por isso, o Edital de  
171 Ingresso precisou ser alterado. Tendo em vista que o Termo de Adesão precisou ser assinado em  
172 data anterior a esta reunião, foi necessária a aprovação *ad referendum*. Destaca ainda que a partir  
173 deste ano, a pessoa que registrar duas opções de curso, *campus* ou período, somente será  
174 convocada para uma das opções escolhidas e será excluída da lista de espera, ainda que não  
175 realize a matrícula no curso para o qual foi convocada. Findo o relato, questiona-se acerca dos  
176 impactos da alteração nas regras do SiSU para a UFABC, ao que professora Paula explica que a





referida alteração foi motivada por solicitações de pró-reitores de graduação de diversas IES, que acreditam estarem relacionados os números de evasão com o fato de o aluno estar no curso que não o de sua preferência. Afirma que, pessoalmente, discorda dessa relação, pois considera natural que parte dos candidatos, ainda muito jovens, não tenha certeza do curso que deseja realizar. Futuramente poderá ser analisado se houve diminuição na quantidade de evasão. O impacto imediato esperado é que ocorram menos chamadas para matrículas na graduação, já que 20% dos candidatos tinham como primeira e segunda opção cursos da UFABC e, quando convocados para a opção de preferência, liberavam uma vaga aos que aguardavam na lista de espera. Questiona-se ainda, com base na diminuição na quantidade reservada de vagas para pessoas com deficiência, o que acontecerá com as vagas que eram reservadas. Professora Paula explica que as vagas reservadas por lei são 50% do total para alunos oriundos de escolas públicas; dessas, metade são reservadas para alunos de baixa renda, dentro das quais estão as reservas para pretos, pardos e índios (ppi) e pessoas com deficiência. Assim, com essa alteração, as vagas foram distribuídas às pessoas oriundas de escolas públicas. Não houve impacto na porcentagem de reserva de vagas para pessoas com deficiência da ampla concorrência. Acrescenta que as vagas reservadas para pessoas com deficiência oriundas de escolas públicas não eram completamente preenchidas, portanto, espera-se que essa alteração não tenha grande efeito prático no caso da UFABC. Ao fim dos esclarecimentos, a demandante solicita a promoção do item para a Ordem do Dia. Não havendo manifestação contrária, a promoção é aprovada. Não havendo questionamentos adicionais, o documento é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. Calendário ConsEPE 2019. Professor Daniel Pansarelli inicia seu relato esclarecendo que a proposta de calendário apresentada para as sessões do ConsEPE do ano de 2019 mantém os mesmos prazos de submissão de assuntos, divulgação de pauta e realização das sessões, diferenciando-se, apenas, no que diz respeito ao intervalo entre as sessões, que, em caso de aprovação, passará a ser bimestral, em lugar da atual frequência mensal. Explica que a proposta de alteração na frequência de reuniões, de mensal para bimestral, partiu de observação técnica, por parte da Secretaria-Geral, referente às pautas de ambos os Conselhos Superiores, Conselho Universitário (ConsUni) e ConsEPE, em que se constatou que este último, com frequência, apresenta menor demanda de itens em pauta para discussão em relação ao primeiro, cuja pauta dificilmente se esgota em uma única sessão única, ainda que haja mais de uma continuação. Desse modo, trata-se de um redimensionamento do calendário de ambos os Conselhos, uma vez que a proposta prevê, ainda, a discussão e alteração no ConsUni de seu calendário para que as reuniões passem a ser bimestrais, em lugar do modelo atual, de sessões trimestrais. Considerando que o regimento interno da instituição prevê a frequência mensal de reuniões do ConsEPE, o novo formato proposto deverá ser adotado em caráter extraordinário para o próximo ano, a fim de avaliar sua conveniência e eficácia em assegurar maior eficiência e celeridade às discussões e decisões dos Conselhos Superiores, antes de propor alterações no Estatuto e Regimento-Geral. Em discussão são levantados os seguintes pontos: 1) considera-se adequada a proposta de alteração na frequência da reunião dos Conselhos Superiores para o caso do ConsUni, todavia, manifesta-se preocupação com o aumento do intervalo entre reuniões do ConsEPE; 2) observa-se a necessidade de revisão do modelo de construção da pauta do ConsEPE, a fim de que sejam favorecidas discussões a respeito de outros temas relacionados ao âmbito acadêmico que não impliquem, necessariamente, aprovação de ato decisório ou resolução; 3) questiona-se a possibilidade legal de alteração da periodicidade das reuniões sem a revisão do Regimento-Geral, que prevê frequência mensal de realização das sessões do



222 ConsEPE; 4) advoga-se que a aprovação da proposta de alteração da periodicidade de sessões  
223 poderá contribuir com o esvaziamento do caráter deliberativo deste Conselho, que, por vezes,  
224 tem tido atuação meramente chanceladora, conforme avaliam, diante de assuntos estratégicos, já  
225 discutidos por meio das comissões assessoras, que, poderiam ainda exigir melhor avaliação no  
226 expediente da pauta; 5) aventa-se que, ao contrário da proposta apresentada para o calendário do  
227 ConsEPE, também o ConsUni deveria adotar periodicidade mensal. A área demandante esclarece  
228 que o modelo que estabelece o fluxo dos itens da pauta dos Conselhos Superiores,  
229 encaminhando-os por meio das comissões assessoras diretamente para a Ordem do Dia, é  
230 previsto por Resolução do ConsUni, não cabendo à Secretaria-Geral deliberar a esse respeito, e  
231 que qualquer revisão, nesse sentido, pode ser proposta pelos conselheiros, no próprio ConsUni.  
232 Diante, portanto, da vigência desse modelo, o que se propõe no calendário apresentado trata-se  
233 de uma melhor distribuição do tempo em relação às demandas de cada Conselho. Observa, ainda,  
234 que a proposta apresentada parte do pressuposto de que há um risco menor em adotar a alteração  
235 de maneira extraordinária para o próximo ano, em caráter experimental, a fim de avaliar sua  
236 adequação antes de propor uma efetiva alteração no regimento da instituição. Por fim, pondera  
237 que a adoção de reuniões mensais para ambos os Conselhos Superiores representaria  
238 dificuldades nos aspectos operacionais, que envolve a preparação, realização e encaminhamentos  
239 posteriores a cada sessão, o que não afasta a possibilidade de, mantida a proposta apresentada  
240 pela relatoria, eventuais convocações de sessões extraordinárias de qualquer dos Conselhos,  
241 conforme a necessidade. Ainda em discussão: 1) questiona-se se a proposta de alteração da  
242 frequência mensal para bimestral do ConsEPE está relacionada a alguma questão de natureza  
243 orçamentária; 2) sugere-se a possibilidade de reavaliação e eventual reversão deste modelo  
244 proposto, caso aprovado, na sessão do conselho prevista para o mês de abril ou para o mês de  
245 junho de 2019; 3) reconhece-se a importância da descentralização de decisões, mas reitera-se a  
246 autonomia do Conselho e registra-se a dificuldade de organização dos discentes para ocupação  
247 dos espaços de decisão, como os Conselhos Superiores e suas comissões assessoras, por essa  
248 razão, manifesta-se preocupação com a diminuição da periodicidade das sessões e, com isso, do  
249 tempo dedicado às discussões em plenária; 4) questiona-se a forma como os temas chegam à  
250 pauta do Conselho, quando encaminhados pelas comissões assessoras, geralmente com prazos  
251 estreitos para aprovação e sob a justificativa de discussão exaustiva nas comissões, segundo  
252 avaliado; 5) enaltece-se o trabalho das comissões assessoras, e ao mesmo tempo reforça-se o  
253 papel do ConsEPE como instância deliberativa dotada de pluralidade de visões; 6) propõe-se a  
254 possibilidade de submissão de temas para discussão no Conselho sem a necessidade imediata de  
255 indicação de minuta de documento decisório para apreciação; 7) pontua-se que a diminuição de  
256 demandas do ConsEPE é reflexo do crescimento e consolidação da instituição e de suas políticas  
257 e normas internas, além do trabalho das comissões e GT, cujas discussões reportam-se  
258 diretamente ao Conselho, caracterizando uma redução quantitativa da pauta, mas não qualitativa;  
259 8) observa-se que a mudança de periodicidade das sessões do Conselho poderá contribuir com a  
260 reavaliação da postura propositiva do ConsEPE; 9) registra-se a importância das comissões  
261 assessoras no aumento da eficiência e celeridade das deliberações institucionais, reportando-se  
262 ao caso do relatório apresentado pela CG nos informes, e manifesta-se concordância com a  
263 proposta de calendário, sem prejuízo de posterior revisão; 10) pontua-se a necessidade de  
264 encaminhamento, por parte da Secretaria-Geral, das pautas das reuniões das comissões  
265 assessoras, a fim de que os conselheiros possam acompanhar as discussões que estão ocorrendo  
266 naqueles espaços, principalmente as que se referem a assuntos que foram delegados para



deliberação nessas comissões, e trazer para discussão no ConsEPE, sempre que julgarem conveniente; 11) propõe-se a aprovação do calendário, com a alteração de frequência das sessões, condicionado à aprovação do ConsUni, e em caso de não aprovação, reavaliação da proposta na primeira sessão do ConsEPE do ano de 2019; 12) pondera-se a tensão existente entre a demanda por maior eficiência dos Conselhos Superiores, por meio da descentralização de discussão dos temas nas comissões, e a preocupação manifesta de alguns conselheiros com a adoção de um papel meramente cancelador para o conselho, nesse sentido, sugere-se a avaliação de uma proposta intermediária, que possibilite maior frequência de reuniões em períodos específicos do ano, que demandam maior volume de questões para apreciação do Conselho, ao mesmo tempo em que conferisse maior flexibilidade para outros períodos do calendário em que as demandas costumam reduzir; Professor Leonardo Steil ressalta que as comissões e comitês assessores não pertencem às pró-reitorias, como foi aventado, mas subordinam-se essas a suas deliberações e possuem representantes de toda a comunidade acadêmica, não havendo favorecimento a nenhum setor ou categoria. Reforça que o CEC, comitê o qual está presidente, possui o cuidado de encaminhar suas pautas à Secretaria-Geral, para que possam ser transmitidas aos demais conselheiros. Além disso, também se encontram disponíveis a todo o público na página do CEC, uma vez que todos os assuntos discutidos nesse Comitê, que ultrapassem sua competência, podem ser trazidos ao ConsEPE. Acrescenta que a presença de um tema na Ordem do Dia, encaminhado por meio das comissões e comitês assessores, não obriga sua imediata decisão, podendo permanecer na Ordem Dia até que o conselho julgue que o assunto atingiu o nível adequado de discussão para seguir à votação. Professor Daniel esclarece que a proposta de calendário apresentada considera, entre outras coisas, também os recursos humanos disponíveis, desse modo, adotar maior periodicidade do ConsUni, sem revisar o calendário de sessões do ConsEPE, mostra-se, atualmente, inviável também do ponto de vista operacional. Ademais, a adoção do calendário proposto poderá ser revista pelo Conselho da mesma maneira que qualquer uma de suas decisões; ressalta que a postura propositiva do ConsEPE não está vinculada ao formato de seu calendário, que, no momento, é possível observar que o calendário atual tem superestimado a quantidade de sessões em relação à demanda efetivamente apresentada. Assim, em caso de um aumento da demanda poderá ensejar um retorno à adoção de frequência mensal de reuniões. A Mesa reitera que a discussão a respeito do modelo de calendário do Conselho não deve interferir na postura propositiva dos conselheiros, manifesta preocupação com a possibilidade de que membros do conselho se sintam tolhidos de debater qualquer assunto e reforça que nem mesmo a aprovação *ad referendum* de temas, por exemplo, adotadas como exceção em situações que demandam atendimento a estreitos prazos legais, não excluem a discussão posterior em plenária. Professora Paula Tiba ressalta que a descentralização das deliberações acerca dos diversos temas institucionais confere mais eficiência e celeridade, uma vez que a apreciação pelo ConsEPE de todas as pautas acadêmicas da instituição, segundo ela, elevaria o tempo de resposta a questões rotineiras, como as que são deliberadas pela Comissão de Graduação. Reforça a importância da participação dos discentes na CG, em virtude da relevância dos temas discutidos naquele espaço para essa categoria, e registra que, até o presente momento, os representantes discentes eleitos para a CG não têm comparecido às reuniões. Observa que, com a eventual adoção do calendário bimestral de reuniões do ConsEPE, os conselheiros representantes dos discentes poderão ter a oportunidade de participar, também, das reuniões da CG. Professor Daniel observa que surgiram entre os conselheiros questões que não necessariamente serão impactadas pela mudança do calendário de mensal para



bimestral das reuniões do ConsEPE e sugere desvincular tais discussões uma da outra; a respeito da sugestão de mudança da forma de submissão de temas para a pauta, sem exigência de minuta de documento decisório, considera uma proposta válida, porém, por não se tratar do item em discussão na pauta, recomenda a adequada formulação da proposta e coloca a Secretaria-Geral à disposição para colaborar nesse sentido. Ressalta a existência do momento de informes dos conselheiros na pauta das sessões como um espaço em que GT e comissões têm trazido temas para este Conselho, sem a necessidade imediata de emissão de qualquer ato decisório, uma vez que estes ainda deverão ser objeto de debates mais aprofundados. Reforça que a proposta apresentada não exclui a possibilidade de ulterior revisão e da convocação de sessões extraordinárias, quando necessário, inclusive, podendo-se fazer uso desse recurso com maior frequência a fim de equilibrar os períodos de maior demanda para o Conselho, contemplando, desse modo, a sugestão de proposta intermediária apresentada. Acata a solicitação de envio das pautas das reuniões das comissões assessoras a todos os membros do conselho e esclarece que a Secretaria-Geral não havia adotado, ainda, tal prática em virtude de avaliação interna que considerou que o envio de diversas pautas de diferentes comissões pudesse, eventualmente, confundir os conselheiros de alguma maneira. Todavia, o fluxo poderá ser adotado sem nenhuma dificuldade. Observa que não se vislumbra impedimento para execução do calendário proposto, não obstante a preocupação manifestada por alguns conselheiros quanto ao que prevê o atual texto do Regimento-Geral. Pondera que o assunto poderá ser aprovado, sem prejuízo de avaliação por parte do ConsUni, que passa por processo semelhante. Esclarece, ainda, que o ConsEPE não se encontra subordinado ao ConsUni na estrutura hierárquica da instituição, todavia este último representa instância recursal às decisões do primeiro, desse modo, por prudência, pode-se aprovar o calendário e submeter o tema à apreciação do ConsUni para endosso. Por fim, são ainda elencadas as seguintes sugestões: 1) a fim de afastar eventual situação de irregularidade quanto ao cumprimento do Regimento-Geral, sugere-se consulta à procuradoria jurídica quanto à viabilidade legal de adoção da proposta nos termos em que se encontra, sem alteração ao regimento, para aprovação condicionada à reavaliação na primeira sessão ordinária do próximo ano; 2) reforça-se a solicitação de envio das pautas das comissões assessoras aos membros deste Conselho 3) questiona-se, ainda, o procedimento para convocação de sessões extraordinárias para tratar de temas que possuam, em virtude de prazos estabelecidos, caráter de urgência. Comenta-se que tal prática não vem sendo adotada com frequência pelos Conselhos Superiores. A área demandante acata a proposta de aprovação com possibilidade de revisão caso haja essa indicação da procuradoria federal. Pondera que a não aprovação do calendário no presente momento poderá prejudicar a elaboração do planejamento anual de outras instâncias da instituição que organizam seus calendários com base no calendário dos Conselhos Superiores. Esclarece que a adoção da prática do envio das pautas das comissões assessoras pode ter início imediato. Registra que no ano de 2018, o ConsUni reuniu-se extraordinariamente para tratar do orçamento e que já foi informado pela Presidência de que ao menos uma sessão extraordinária será convocada no início de 2019. Alguns conselheiros advogam que as comissões assessoras contam com membros eleitos, representantes das diversas categorias da comunidade acadêmica, desse modo, constituindo-se como espaços dotados de pluralidade, assim com os Conselhos Superiores, habilitados para discutir pautas específicas do cotidiano da universidade. Assim, a visão de prevalência deliberativa dos Conselhos Superiores não deve invalidar ou esvaziar a importância do trabalho realizado pelas comissões. Por fim, professor Daniel reafirma o endosso à proposta de aprovação do calendário apresentado com posterior informe na primeira





sessão ordinária do Conselho do ano de 2019, sob a orientação da procuradoria federal. Pondera que, dentre as diversas manifestações dos conselheiros, não houve propostas de alterações das datas apresentadas, e que a revisão, por parte do Conselho, da periodicidade das reuniões, não implicará em alteração das datas estabelecidas na proposta atual, mas apenas em acréscimo de novas, e esclarece que, na eventual possibilidade de votação da proposta atual contra a manutenção do calendário mensal de reuniões, a secretaria-geral fará as adequações necessárias. A Mesa pontua que a área demandante apresentou duas proposições, uma referente ao calendário proposto e outra de manutenção do formato atual, com reuniões mensais, e que, se o conselho julgar que a discussão atingiu um nível adequado no Expediente, poderá ser votada a promoção do item de pauta para Ordem do Dia. São levantados por parte dos conselheiros alguns pontos que devem ser levados em consideração tais como: 1) avalia-se que o ConsePE deve prevalecer e valorizar seu caráter estratégico no que concerne a suas análises e decisões; 2) ressalta-se que a postura propositiva deve partir não apenas da presidência, mas de todos os conselheiros; 3) advoga-se ser necessária uma reavaliação quanto à pauta de item diretamente na Ordem do Dia, tendo em vista os efeitos diversos entre análise de assuntos no Expediente que podem ser promovidos à Ordem do Dia e itens que estão diretamente nesta última etapa de deliberação. A Mesa avalia que a discussão a respeito da aprovação calendário suscitou direcionamentos referentes a outras questões para além deste item, que poderão e deverão ser discutidas por este Conselho em momento oportuno. Assim, entende que a discussão superou o caráter de expediente e sugere a votação de promoção do item de pauta à Ordem do Dia, o que é secundado por outros conselheiros. A área demandante esclarece que a sugestão de encaminhamento para discussão do item na Ordem do Dia inclui a votação das duas propostas de calendário para que se delibere ou pela manutenção do modelo mensal ou pela adoção do calendário bimestral proposto. Em votação, a promoção do item para a Ordem do Dia é aprovado por 18 votos favoráveis, 2 votos contrários e 4 abstenções. Em discussão na Ordem do Dia, alguns conselheiros pontuam o seguinte: 1) propõe-se o retorno obrigatório da discussão a respeito do calendário em sessão ordinária do ano de 2019 para avaliação; 2) pondera-se que a aprovação do calendário conforme o modelo atual, de reuniões mensais, é o procedimento legal e adequado para o momento, enquanto que a adoção de um novo formato, com reuniões bimestrais, trata-se de proposta que demanda mais avaliação, inclusive quanto à legalidade, considerando que necessitaria alteração do Regimento Geral; 3) observa-se que o cancelamento de reuniões na ausência de pauta é mais viável que a convocação dos conselheiros para sessões extraordinárias em datas não previstas antecipadamente em suas agendas; 4) propõe-se a aprovação do calendário mensal para o momento, com a possibilidade de, no retorno à discussão em 2019, de posse de parecer jurídico, reavaliar e, eventualmente, convertê-lo em bimestral, conforme juízo de conveniência e legalidade; 5) sugere-se que, em caso de adoção do calendário bimestral, as datas de envio das pautas sejam antecipadas, a fim de favorecer maior tempo de discussão dos temas, por parte dos conselheiros, juntamente com seus pares, tendo em vista o intervalo maior entre as reuniões; 6) pondera-se que, caso os Conselhos entendam que o aumento da periodicidade das reuniões é de interesse institucional, havendo necessidade, a administração deverá prover a Secretaria-Geral de estrutura técnica e de pessoal a fim de atender à eventual demanda; 7) propõe-se que a decisão a respeito da proposta em momento posterior, estabelecendo-se somente a data da primeira reunião ordinária do ano de 2019, momento quando o calendário com demais datas poderia ser apreciado; 8) questiona-se se a adoção de calendário bimestral se trata de demanda da Secretaria-Geral, em virtude de dificuldade de administrar o atual calendário mensal. A área demandante



402 observa que a adoção do calendário bimestral para o ConsUni, bem como a convocação de  
403 sessões extraordinárias e solenes estariam prejudicadas em caso de não alteração da  
404 periodicidade das reuniões do ConsEPE, em virtude das demandas a eles afetas diante do  
405 contingente de pessoal disponível na Secretaria-Geral para atendê-las. Pondera ainda que a  
406 proposta de alteração de ambos os calendários é o que parece, no momento, refletir melhor os  
407 interesses da instituição, confrontadas as pautas de ambos os Conselhos. A Mesa esclarece que a  
408 questão referente às restrições de pessoal apontadas pela área demandante, ainda que deva ser  
409 levada em conta, não é uma condicionante para aceitação da proposta. A área demandante  
410 registra que não vislumbra óbice ao envio antecipado das pautas, mas assinala que isso também  
411 demandará o envio antecipado dos itens da pauta por parte dos conselheiros. Ressalva que existe  
412 uma sensibilização por parte da Secretaria-Geral quanto à necessidade de equilibrar o quadro de  
413 pessoal de maneira harmônica quanto às suas demandas, diante das dificuldades de ampliação do  
414 quadro sofrida, igualmente, por diversas áreas. Quanto à proposta de deliberar sobre o tema  
415 posteriormente, embora não haja impedimento para o ConsEPE, tal situação poderá acarretar  
416 prejuízo ao calendário das comissões assessoras, que dependem do calendário dos Conselhos  
417 para sua programação de envio de discussões à pauta. No tocante à origem da demanda,  
418 esclarece que a Secretaria-Geral tem administrado de maneira adequada o modelo atual de  
419 reuniões mensais, no entanto, apresenta a proposta de alteração de calendário a partir da análise  
420 da pauta de ambos os Conselhos, que tem refletido um fluxo maior de demandas em pauta no  
421 ConsUni em confronto com uma demanda menor no ConsEPE. Findas as discussões,  
422 encaminha-se para votação a proposta de calendário bimestral. Aprovada com 12 votos  
423 favoráveis, contra 9 votos que defendiam a proposta de manutenção do formato de reuniões  
424 mensais e 1 abstenção. Considerando que ambas as propostas preveem o retorno do tema para  
425 discussão na sessão de fevereiro de 2019, para informação sobre eventual impedimento legal e  
426 para apreciação da deliberação do ConsUni a respeito do tema. Delibera-se, ainda acerca da data  
427 de envio da pauta aos conselheiros. Em votação, o aumento para 17 dias do prazo de envio da  
428 pauta é aprovado com 9 favoráveis, contra 6 votos contrários, os quais defendiam a manutenção  
429 da proposta atual, que prevê o envio da pauta com 10 dias de antecedência em relação à sessão, e  
430 8 abstenções. Conforme acordado no início da sessão, o presidente reabre a discussão a respeito  
431 do informe inicial da Comissão de Graduação. Não havendo manifestações adicionais,  
432 professora Paula Tiba reforça que a ProGrad está aberta para questionamentos e que as reuniões  
433 da CG são públicas e todos estão convidados a participar, se assim desejarem. Como nenhum dos  
434 participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos e encerra a  
435 sessão às 17h09. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de  
436 Conselhos, Natália Paranhos Caoduro e Wellington Teixeira Gonçalves, assistentes em  
437 administração, em conjunto com o secretário-geral, Daniel Pansarelli, lavramos e assinamos a  
438 presente Ata aprovada pelo Conselho.

**Fabiane de Oliveira Alves**  
Chefe da Divisão de Conselhos

**Natália Paranhos Caoduro**  
Assistente em Administração

**Wellington Teixeira Gonçalves**  
Assistente em Administração

**Daniel Pansarelli**  
Secretário-Geral

